ACIT denuncia manobra contra setor industrial

A implantação do Setor Industrial Ceilândia-Taguatinga na zona periférica destas duas satélites, reivindicada pela Associação Comercial e Industrial de Taguatinga — ACIT — está sendo objeto de pressão política por parte do governo do Estado de Goiás, que pretende carrear os recursos a ela destinados para a criação de um parque industrial em Anápolis. Esta denúncia é feita pelo presidente da ACIT, José Maria Gonçalves Coelho, que em nome da entidade que representa, diz que não vai admitir que isto aconteça.

Por outro lado, a implantação do tão ambicionado setor, enfatizada em discurso proferido por José Maria durante a abertura da VII FACITA — Feira do Comércio e Indústria de Taguatinga — que contou com a presença do presidente da República, João Baptista de Figueiredo e do governador do Distrito Federal, Aimé Lamaison, vem tendo suas primeiras obras retardadas, só estando até agora com as ruas abertas e os terrenos demarcados.

“Se existe por parte do governo do Distrito Federal — argumenta José Maria — a preocupação de não se criar um parque industrial no DF para não poluir a capital da República, isto cai por terra quando se pensa que nossa reivindicação é um setor de indústrias de transformação e alimentos, como pequenas metalurgias, fábricas de calçados, máquinas de beneficiar arroz, que não são indústrias poluentes”.

A criação de um setor industrial na periferia de Taguatinga e Ceilândia por sua vez, lembra José Maria, viria acabar com um problema que, contraditoriamente, não tem sido considerado pelas autoridades, que é o fato do setor industrial está localizado hoje, em região central de Taguatinga, o que não ocorreu no início, em vista da cidade ainda não ter se expandido como agora.

Para ele, o lugar onde hoje se situam as pequenas e médias indústrias, deveria ser destinado aos estabelecimentos comerciais, que não causam os transtornos comuns aos setores industrializados.

A implantação do Setor Industrial Ceilândia-Taguatinga, é

vista por José Maria como a única saída do governo do Distrito Federal, em face não só do problema da recessão na construção civil, que ocupa a maioria da população economicamente ativa moradora da periferia, mas também devido à necessidade de absorção do grande número de jovens da cidade que deixa a escola, segundo ele, 80 mil a cada ano que passa.

— O governo tem que oferecer melhores condições de emprego a estas pessoas, 80% das quais já tem escolarização. Também é conveniente analisar outro aspecto da questão, que seria a solução, em última análise, do problema dos transportes coletivos, uma vez que em Taguatinga e Ceilândia mora o maior contingente de pessoas que têm que se deslocar para o Plano Piloto para trabalhar, sendo que a criação do setor fixaria aqui mesmo esta mão-de-obra.

Tendo afirmado em seu discurso de abertura da VII FACITA que o atendimento da reivindicação da classe empresarial do Distrito Federal proporcionaria o fortalecimento dos meios de produção ao lado da criação de novos empregos e melhores condições de vida para os operários das duas cidades satélites, José Maria se vê agora na obrigação de dar um aviso ao governo do Distrito Federal. Ele diz que as indústrias de Taguatinga estão levando suas indústrias para Luziânia, pois o governo do Estado de Goiás, está lhes vendendo terrenos a preços irrisórios.

José Maria conta que este é o caso, por exemplo, da fábrica de móveis German, que aguardou cinco anos pela possibilidade de adquirir mais terrenos para expandir suas instalações. Nem o terreno apareceu, nem o proprietário se dispôs a pagar os Cr\$ 2 mil cruzeiros que está custando o m2 de um lote industrial, transferindo então suas instalações para Luziânia.

— Com isto — comenta José Maria — perde o GDF pois lá se vão o ICM, ISS e perde a população, uma vez que vão se escasseando as oportunidades de emprego.